

nacional

Autarquias locais

Candidatos do PS apresentam programa

«Combateremos implacavelmente os casos de corrupção e não pactuaremos com situações dúbias» — afirmou o eng. Aquilino Ribeiro, que encabeça a lista do PS às eleições para a Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Lisboa, durante uma conferência de imprensa, a que presidiu, ladeado por Raul Rego, Lyon de Castro e outros candidatos do PS àquelas eleições.

Apresentando o «Programa de gestão do Município de Lisboa», Aquilino Ribeiro referiu os vários aspectos daquele documento. Urbanização e defesa do meio ambiente, combate às carências habitacionais, circulação e transportes e equipamentos colectivos são, nomeadamente, os pontos mais salientes daquele programa.

Referindo-se aos problemas habitacionais, Aquilino Ribeiro salientou que neste sector a situação «foi particularmente agravada pela intensa procura, por uma especulação fundiária e imobiliária sem freios e pela escassez de terrenos disponíveis».

Nesta perspectiva, os candidatos socialistas lutarão para que os empreendimentos a levar a efeito sejam predominantemente preenchidos «com fogos de carácter social» e para que uma quota parte significativa das novas habitações, a confiar à iniciativa privada, seja destinada a cooperativas de habitação e edifícios de renda limitada.

Relativamente ao mercado clandestino de habitação, os socialistas consideram que as freaguias e comissões de moradores poderão combater eficaz-

mente este surto especulativo, a par de uma intervenção acrescida dos serviços municipais.

Quanto aos bairros de lata, os candidatos do PS sustentam ser necessário «assegurar uma adequada realização dos objectivos do programa SAAL, para a progressiva erradicação das situações existentes, mediante a edificação, sempre que possível no próprio local de casas dotadas com os necessários requisitos».

Entre as medidas dedicadas à resolução da circulação automó-

vel em Lisboa e às insuficiências dos transportes públicos, salienta-se a elaboração de um plano director de conjunto, o apoio à criação de polos regionais de atracção demográfica, a prioridade absoluta dos transportes públicos e um melhor aproveitamento dos já existentes.

No que respeita a equipamentos colectivos o programa do PS aponta para o melhoramento da rede de escolas pré-primárias, primárias e secundárias, o aproveitamento de espaços verdes, o

apoio às instituições de cultura e recreio, construção de parques desportivos, uma melhor coordenação das potencialidades locais da assistência médica e o apoio aos pequenos comerciantes de forma a fugirem «às cadeias especulativas dos intermediários».

Finalmente, assinala-se que os candidatos socialistas tencionam melhorar as condições de trabalho dos funcionários municipais, assim como dialogar com a estrutura sindical dos trabalhadores da CML.

Incidentes no Porto

PSP desmente comunicado da FEPU

Sobre os incidentes ocorridos no Porto aquando da descolagem, pela PSP, de cartazes da FEPU ilegalmente colocados nas paredes de um túnel, o comando distrital da PSP daquela cidade emitiu o seguinte comunicado:

«O Comando Distrital da PSP do Porto, ao ter conhecimento, pela leitura dos jornais diários de 1-12-76, do teor de um comunicado da Frente Eleitoral Povo Unido no qual se alude à interrupção de uma sessão pública por dois agentes da PSP, ocorrida em 20 de Novembro, pelas 22.30 horas, na Cooperativa da Foz», e, a respeito de uma desco-

lagem de cartazes ordenada pela Câmara do Porto, «aparato policial digno dos tempos de antigamente», comunica o seguinte com vista a um esclarecimento isento do público:

«1 — No dia 19 de Novembro (e não 20 como refere o comunicado), a pedido telefónico efectuado através do 115, dois guardas desta PSP deslocaram-se à Cooperativa da Foz, com vista a detectar se algo de anormal se verificava, como havia sido referido.

«Tendo-se constatado tratar-se de uma sessão de esclarecimento e não havendo qualquer

violação à lei, os guardas retiraram depois de terem identificado os elementos da mesa constituída para o efeito, conforme a lei permite.

«2 — No dia 30 de Novembro, a pedido da Comissão de Gestão da Câmara do Porto, foram deslocados para junto das passagens subterráneas da Praça Almeida Garrett, 12 elementos desta PSP, sem qualquer aparato policial e sem qualquer armamento especial, com a missão exclusiva de protecção aos trabalhadores daquela Câmara encarregados da remoção da propaganda eleitoral ali afixada».

PSD/PPD contra o 13.º mês em títulos

«O Governo continua sem projecto económico»

A Comissão Política do PSD/PPD tornou ontem público um comunicado no qual é explicitada a posição do partido quanto ao problema do pagamento do décimo-terceiro mês sob forma parcial de «poupança forçada». A posição é a mesma que foi afirmada aos jornalistas por Sá Carneiro, presidente do PSD/PPD, no final do encontro que manteve com o primeiro-ministro, há dois dias, em S. Bento.

Diz o comunicado: «Entendemos que é inaceitável o lançamento, em 3 de Dezembro ou ainda mais tarde, de uma operação tão complexa, incidente sobre rendimentos que as empresas, em alguns casos até, já pagaram aos trabalhadores. Trata-se, aliás, de uma medida que foi tomada em Conselhos de Ministros, quando é da competência reservada da Assembleia da República. Também isto, que não podemos aceitar, confirma uma prática constante do Governo e do Partido Socialista no sentido de cometer sucessivas inconstitucionalidades e desprestigiar a Assembleia da República, com os consequentes riscos para a democracia.»

Além de impraticável e de inconstitucional, para o PSD/PPD a medida seria «económica e socialmente injusta», pelas deficiências de que enfermaria: «Penaliza os rendimentos de trabalho em desfavor doutros rendimentos. Ignora que para muitos sectores da classe média — o funcionalismo público e administrativo — o 13.º mês não é destinado a consumos superfluos mas ao necessário que os fracos

rendimentos mensais não permitem. Esquece que o problema do rendimento tem que ser visto em termos de «conjunto familiar».

E prossegue o documento: «Motivos de fundo nos levam porém, a esta rejeição da «operação subsidio de Natal». É que, enquanto o Governo continuar navegando à deriva no mar encapelado da nossa crise económica, sem dominar o barco nem saber que rumo leva, não se justificará a imposição de mais sacrifícios a um número elevado de trabalhadores para financiar despesas improdutivas do sector público. Só no quadro de uma política de recuperação económica bem defendida poderão justificar-se sacrifícios deste tipo.»

«Ora, já decorreram mais de quatro meses sobre a entrada em funções do Governo e quase nada de consistente foi feito nesse sentido. A austeridade teria de começar pelos gastos do sector público. Mas as despesas aumentaram cerca de 40 por cento do orçamento de 1976 para o de 1977, os gastos de funcionamento continuam a subir sem controle e o PS dá-se ao luxo de

fazer ingressar, em massa, partidários seus na administração, de adquirir prédios caros para instalar serviços públicos, de fazer viagens oficiais eleitoralistas com grandes comitivas e de distribuir subsídios indiscriminadamente para, aproveitando-se de ser Governo, tentar ganhar as eleições locais. Entretanto, o custo de vida subiu de 25 por cento em Lisboa, o desemprego aumenta, os investimentos privados continuam em retração e não se vê como possa o investimento público ter alcançado níveis satisfatórios quando apenas se efectivava em cerca de 16 por cento no final de Junho.

«Entretanto, o Governo anuncia a contração de mais e mais empréstimos — ao ponto de os juros da dívida pública subirem mais de 100 por cento, de 1976 para 1977, e de a dívida externa em Setembro, nos próprios números do Ministério das Finanças, haver subido a 95 milhões de contos.

«Perante esta situação, a passividade e inoperância do Governo mantêm-se. Não conseguindo sequer cumprir os prazos que havia fixado no seu Programa o Governo do PS continua a manter a indefinição sobre as áreas reservadas ao sector público e ao sector privado, o controlo de gestão e outros aspectos essenciais à reanimação do sector privado.

«Continua a não defender crític-

rios de selectividade de crédito, a não gerir eficazmente o sistema de crédito, a não repor em funcionamento os mercados financeiros, a adiar a fixação das indemnizações do Estado e a não dar garantias de que haverá facilidades financeiras às empresas viáveis em crise e de que não haverá agravamento das taxas de juro.

«Continua a não dar um passo para efectivar a Reforma Administrativa que se comprometeu a realizar e para cumprir a promessa de reduzir défices do sector público, e a não tomar uma única medida do fomento à exportação de produtos portugueses.

«Continua em suma, sem projecto económico, flutuando entre o capitalismo; a social-democracia e os acenos ao comunismo. Numa palavra, o Governo não tem uma política económica, nem a executa.

«Enquanto assim continuar, a imposição de sacrifícios só servirá para manter ou agravar o desregramento financeiro e a crise económica. O Partido Social Democrata apoiará todas as medidas, mesmo as mais impopulares, que julgue adequadas à superação da crise. Mas recusa transformar o Povo Português, ou uma parte dele, em cobaia de experiências económicas desgaradas, ou em financiador único de erros de gestão de que não é culpado e que nunca legitimou.»

Rui Vilar e Pedro Coelho em Luanda

Os representantes do Partido Socialista às comemorações do vigésimo aniversário de fundação do MPLA são, segundo anunciou o gabinete do PS, o ministro dos Transportes Rui Vilar e o secretário de Estado das Pescas, Pedro Coelho.

Arrastões portugueses «invadiram» águas canadianas

Dois responsáveis por arrastões portugueses foram repreendidos por haverem procurado abrigo de uma tempestade dentro das doze milhas das águas territoriais do Canadá, sem primeiro haverem obtido licença para tal — anuncia o Serviço Federal das Pescas em S. João da Terra Nova.

O «Artico» e o «José Cação» entraram segunda-feira à noite nas águas do Canadá, o que só é permitido depois de solicitada autorização.

Os dois barcos portugueses foram vistos a menos de duas milhas de uma ilha na baía de Placência e receberam ordem para entrar num porto. Um deles veio para São João da Terra Nova e o outro dirigiu-se a um pequeno porto daquela baía.

Concluiu-se então que andavam fugidos a ventos ciclónicos e os mestres explicaram que não haviam conseguido contactar pela rádio com as autoridades canadianas, depois do que foram repreendidos e regressaram ao mar alto.

Comissão instaladora do Parque da Arrábida

Decorreu no gabinete do governador civil de Setúbal, a tomada de posse da comissão instaladora do Parque Natural da Arrábida. Ao acto presidiu o secretário de Estado do Ambiente. A comissão instaladora tem por finalidade coordenar a instalação e o arranque de funcionamento do parque, e é presidida pelo arquitecto, David Assoreira, do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico.

«Falsas bombas no Liceu de Sintra»

Contrariamente ao que chegámos a noticiar na nossa edição de anteontem, uma das listas candidatas ao Conselho Directivo do Liceu de Sintra não é afectada ao CDS.

Com efeito, da referida lista fazem parte professores cuja simpatia partidária se inscreve, de uma maneira geral, num leque que abrange o PS, o PSD/PPD e o CDS, a par de independentes. A lista que se lhe opõe é geralmente tida como mais à esquerda.

António Barreto fala ao país

O ministro da Agricultura e Pescas, dr. António Barreto, fará pela Rádio Televisão Portuguesa, no próximo dia 8, uma comunicação ao país.

Serão tratados assuntos de grande importância, relacionados com os problemas da agricultura nacional e da Reforma Agrária e estabelecidas as linhas gerais da política agrária a seguir.

Telegrama de Medeiros Ferreira para Bokassa

«A festa nacional do vosso país proporciona-me a oportunidade de me associar a todos os portugueses para desejar a vossa excelência e ao povo da República Central Africana os nossos melhores votos de felicidade e prosperidade.

«Formulo a esperança de que as relações já existentes entre os nossos dois países continuarão a desenvolver-se de forma a aproximar cada vez mais os nossos povos. José Medeiros Ferreira — Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal — eis o texto de um telegrama enviado ao governo de Bokassa

Missão da OIT em Lisboa

A fim de contactar com os meios do trabalho portugueses, desloca-se a Lisboa, de 7 a 10 de corrente, uma missão da Organização Internacional do Trabalho (O.I.T.), constituída pelo seu director-geral, Francis Blanchard, e por dois dos seus colaboradores. Do programa de trabalhos daquela missão em Portugal destaca-se uma reunião no Ministério do Trabalho, em que participam o ministro, secretário subsecretário de Estado do Trabalho, o director-geral do Trabalho, o director-geral das Relações Colectivas de trabalho e o inspector-geral do Trabalho. A missão será recebida pelo Presidente da República e pelo primeiro-ministro.

Raios Lazer em acção em Sines

Porque a programação relativa ao arranque do complexo urbano-industrial de Sines exige que o abastecimento de águas seja executado com uma apreciável celeridade, irá ser utilizado na construção do adutor em túnel, pela primeira vez em Portugal, um equipamento mecânico denominado «tunnelier», o qual tem sido utilizado em França e nos Estados Unidos na abertura de túneis deste tipo. O «tunnelier» é, em si, uma máquina altamente sofisticada sob o ponto de vista técnico, que actua por meio de esmagamento de rocha e que tem um esquema de fixação com base num delicado sistema electrónico, sendo o controlo de avanço de perfuração e as respectivas correcções de trajectórias levadas a cabo por um sistema de raios lazer.

Com o propósito de proporcionar aos sectores técnicos de diversos organismos oficiais e privados a observação do modo de operar dos «tunneliers», o Gás e as Aguasinas (a empresa empreiteira) levam a efeito uma visita de trabalho aos estaleiros de Sines (S. Domingos), na terça-feira.